UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO	
Curso	DIREITO.
Disciplina	DIREITO DO CONSUMIDOR.
Ano Letivo	
Semestre	
Turno	Noite.
Carga Horária	60 (sessenta) horas/aula
Nome do Professor	SABRINA CARVALHO VERZOLA.

II – EMENTA

A disciplina tem como marco teórico a Teoria Geral do Direito do Consumidor, envolvendo: o histórico do movimento consumerista; os pressupostos fundamentais; os princípios e as normas constitucionais; os princípios constitucionais de proteção ao consumidor; o Código de Defesa do Consumidor; a relação jurídica de consumo; os conceitos de fornecedor, de consumidor, de produto e de serviço; e as instituições das responsabilidades civis do CDC. Esses temas serão ministrados na relação entre professor x alunos x conteúdo de forma integrativa. Desse tripé, resultará o estabelecimento da relação de conhecimento e de análise crítica construtiva para aplicação acadêmica e, ulteriormente, no âmbito profissional.

III OBJETIVOS DA DISCIPLINA

3.1 GERAL

Discutir e estabelecer a relevância da aplicação e fundamentação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei 8078, de 11.09.1990) e da Constituição Federal/1988, apresentando a doutrina e jurisprudência consumeristas em casos práticos.

3.2 ESPECÍFICOS

3.2.1 Analisar o contexto histórico nacional da inclusão da defesa do consumidor na Constituição Federal como introdução do tema.

3.2.2 Especificar os conceitos de consumidor e fornecedor como pressupostos para a compreensão da aplicação prática da legislação consumerista.

3.2.3 Apresentar os instrumentos de execução para a implementação da Política Nacional de Relações de Consumo.

3.2.4 Elencar os princípios consumeristas e os direitos básicos do consumidor como estrutura do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

3.2.5 Estudar a interação entre o Direito Civil e o Direito do Consumidor em conformidade com a aplicação do sistema de responsabilidade do fornecedor

Recebido em 10/06/2011 Claudia

Juliana Monteiro Pedro
Coordenadora do Curso de Direito
Portaria 799/2011-UNIFAP

pelo fato do produto e do serviço.

3.2.6 Estabelecer os prazos e procedimentos de reclamação pelo consumidor nas hipóteses legais de vício e de fato do produto e do serviço.

3.2.7 Discutir a relevância prática da informação clara e precisa para o mercado de consumo como mecanismo preventivo de publicidade enganosa e abusiva.

3.2.8 Relacionar as práticas exemplificativas tipificadas como abusivas nas relações de consumo.

3.2.9 Estudar o sistema de proteção do consumidor no que se refere aos contratos firmados pelos consumidores e suas consequências no mundo jurídico.

3.2.10 Demonstrar a multi e a interdisciplinaridade do Direito do Consumidor a partir da previsão legal tanto do Processo Administrativo para apurar tanto as práticas infrativas quanto as infrações penais definidas pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

3.2.11 Finalizar o conteúdo programático com a judicialização das demandas consumeristas nas hipóteses de práticas infrativas e danos ao consumidor e ao meio ambiente de acordo com a Lei da Ação Civil Pública e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

IV METODOLOGIA DE ENSINO

O Direito do Consumidor proporciona o diálogo e a multidisciplinaridade a partir da interação com várias áreas do conhecimento, identificando conceitos e teorias que serão aplicados para a compreensão dos instrumentos e mecanismos de defesa e proteção do consumidor na realidade prática.

Nesse sentido, serão apresentados problemas e casos simulados para a resolução e estudo durante as aulas, estruturadas com o fim de construir o conhecimento de acordo com a proposição de discussão referente a cada unidade de ensino, estimulando a reflexão e a crítica do discente, a partir da realidade social e da aplicação da legislação ao caso concreto.

IV.I RECURSOS: Legislação, doutrina, jurisprudência pertinentes, laboratório de informática, quadro branco, pincel e data show.

V CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – Histórico do Direito do Consumidor no mundo. A influência do Direito do Consumidor estrangeiro no Brasil. História do Direito do Consumidor no Brasil. A Constituição Federal/1988 e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Princípios constitucionais de Defesa do Consumidor. O diálogo entre o Direito do Consumidor e os demais ramos do Direito.

Juliana Monteiro Pedro
Coordenadora do Curso de Direito
Portaria 709/20 - UNIFAP

UNIDADE II – Pressupostos de aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor – Lei n. 8078, de 11.09.1990. Conceitos de Consumidor e Fornecedor. Definições de Produto e Serviço.

UNIDADE III – Política Nacional de Relações de Consumo. Objetivo. Princípios. Instrumentos de execução. Educação aos consumidores e fornecedores pertinente à Defesa do Consumidor como instrumento de política pública no mercado de consumo.

UNIDADE IV – Princípios Consumeristas e Direitos Básicos do Consumidor. A Proteção à Saúde e Segurança do Consumidor. A informação e liberdade de escolha na contratação. A previsão legal da inversão do ônus da prova em favor do consumidor em processo civil.

UNIDADE V – Responsabilidade do Fornecedor pelo Fato e pelo Vício do Produto e do Serviço. Conceitos de Fato e de Vício. Aplicação do sistema de Responsabilidade Civil Objetiva do Fornecedor. A Teoria do Risco do Negócio. Solidariedade dos fornecedores e aplicações legais. A Responsabilidade dos Profissionais Liberais.

UNIDADE VI – Decadência e Prescrição no Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Prazos para reclamação pelo Vício e Fato do Produto e Serviço. Modalidades de Garantias Legal e Contratual.

UNIDADE VII – Práticas Comerciais: Oferta e Publicidade. A obrigação de informar. Os requisitos da oferta de produtos e serviços. Definições de Publicidade Enganosa e Abusiva. A Responsabilidade pela veiculação da publicidade enganosa e abusiva. Recall.

UNIDADE VIII – Práticas Abusivas. Da Cobrança de Dívidas. O Dano Moral.

UNIDADE IX – Proteção Contratual e Contratos de Adesão no mercado de consumo. Princípios que regulam os contratos consumeristas. Cláusulas Abusivas. Nulidades. *E-Commerce* e as inovações na legislação. Direito de Arrependimento.

UNIDADE X – Dos Sistemas Administrativo e Penal da Proteção e Defesa do Consumidor. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e o Decreto n. 2181, de 20.03.1997. Processo Administrativo.

UNIDADE XI – A defesa do Consumidor em Juízo: individual e coletiva. A Ação Civil Pública – Lei n. 7.347, de 24 de 07.1985. O Direito do Consumidor e Meio Ambiente.

VI AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é permanente e contínuo em conformidade com a aplicação e discussão do conteúdo programático, a partir do questionamento e da pesquisa científica, essenciais para a construção do conhecimento e aplicação da legislação e jurisprudências correlatas aos casos

e problemas simulados.

A avaliação realizar-se-á mediante prova discursiva, trabalhos de pesquisa, elaboração de discussões, questionamentos práticos propostos para a análise e verificação da fundamentação e conteúdo programático da disciplina à realidade prática.

VII BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. **Comentário ao Código de Defesa do Consumidor-Direito Processual.** São Paulo: Saraiva, 2009.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial.** 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DONNINI, Rogério Ferraz. **Responsabilidade Civil Pós-Contratual no Novo Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Saraiva. 2012.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial.** 1 ed. 2 tir. São Paulo: Atlas, 2000.

GAMA, Hélio Zaghetto. **Curso de Direito do Consumidor.** 1 ed. 4 tir. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

KHOURI, Paulo Roberto R. A. **Direito do Consumidor:** contrato, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MELO, Nehemias Domingos De. **Dano Moral nas relações de consumo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini. BENJAMIN, Antonio Herman de V. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos Autores do Anteprojeto**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

NUNES, Luiz A. Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor.** São Paulo: Saraiva, 2012.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Responsabilidade Civil no Negócio do Consumidor e a Defesa do Fornecedor**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Jorge Alberto Q. **Cláusulas Abusivas no Código de Defesa do Consumidor.** São Paulo: Saraiva, 2003.

VII.I BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGA NETTO, Felipe P. **Manual de Direito do Consumidor à luz da jurisprudência do STJ.** Salvador: Juspodivm, 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. 1988.

_____. Senado Federal. **Código Comercial.** Brasília, 2003.

_____. Senado Federal. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor.** Brasília, 2001.

_____. Senado Federal. **Códigos:** Civil, Comercial, Processo Civil, Constituição Federal. Brasília, 2006.

FILOMENO, José Geraldo B. **Manual de Direitos do Consumidor.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor.** O novo regime das relações contratuais. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Sabrina Carvalho Verzola
Assinatura da Professora

Juliana Monteiro Pedro
Assinatura da Coordenadora do Curso.

Juliana Monteiro Pedro
Coordenadora do Curso de Direito
Portaria 799/2011-UNIFAP

Coordenação de Direito
Bolsista: Adriana Silvina.
Data: 05 / 06 / 13.
Horário: ___:___